

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). 2020. *Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas*. São Paulo: Editora Jandaíra. 168 p.

Naita Aparecida Nunes de Lima¹ 

¹Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social-PPGAS, Coletivo
Marilene Matos, Território Velho Chico/
Bahia. Campinas, São Paulo, Brasil.
E-mail: naytanunes@gmail.com

O livro *Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas* materializa e ecoa em seu arcabouço étnico-racial o pensamento pluriepistêmico quilombola de dezoito mulheres que em suas escritas expressam a luta, a resistência, os saberes, a força e a fé pra ser mulher quilombola. O livro fala de ancestralidade, histórias, vivências, sonhos, missão ancestral, insurgências e musicalidade a partir da oralitura quilombola, promovendo a visibilidade de conhecimentos que emergem e são praticados em seus territórios, organizado pela ativista quilombola Selma dos Santos Dealdina, mulher quilombola do Angelim III, território do Sapê do Norte, em São Mateus, no Espírito Santo. O livro

Mulheres Quilombolas foi organizado por Selma Dealdina a convite de Djamila Ribeiro, coordenadora do Selo Sueli Carneiro pertencente à editora Jandaíra. Ao receber o convite, Selma propôs a mulheres quilombolas de diferentes regiões do nosso país compor e materializar a pluralidade de histórias, narrativas e experiências coletivas produzidas nos territórios quilombolas, documentando estas vozes no livro *Mulheres Quilombolas*.

As vivências e as experiências narradas neste livro, no primeiro capítulo, trazem uma escrita poética que, parafraseando Conceição Evaristo (2020) em *escrevivência* e seus subtextos, não pode ser lida como história para ninar, e sim para incomodar os sonos injustos da casa grande. A escrita poética insurgente de Ana Cleide da Cruz Vasconcelos reconhece a existência, a luta e o avanço político das mulheres da Amazônia, negras, indígenas, lavadeiras, pescadoras, parteiras e benzedadeiras, pelo direito e o poder de decisão. Evidencia a resistência do povo negro na luta pela terra e pelo território.

O segundo capítulo é composto pela voz insurgente de Selma Dealdina. Sob o título "*Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e a despatriarcalização da política*", Selma Dealdina reafirma a importância das organizações sociais

quilombolas e do papel das mulheres nos processos de luta e resistência pelo direito ao território e pela manutenção da vida. Esse território é entendido por nós, quilombolas, como lugar da vida, projeto coletivo, espaço de luta e resistência que nutre o presente, alimentando o passado para gestar o futuro.

As mulheres quilombolas em diversas frentes de incidência têm reconhecido suas especificidades e subjetividades intrínsecas na defesa do bem viver atrelado à demanda pelo território, haja vista que gênero e raça são categorias sociais indissociáveis da 0 pelo território. Neste sentido, se insere a experiência do Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), cujo objetivo, ao se constituir, busca fortalecer o esforço coletivo demandado pelas mulheres quilombolas.

O Coletivo de Mulheres da Conaq apresenta as narrativas coletivas no capítulo intitulado "Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela". O texto aponta os desafios que emergem da luta coletiva, ao assumir as diversas frentes de batalha em seus territórios. Além de exercerem diferentes papéis sociais no meio em que vivem, as mulheres quilombolas têm assumido a tarefa de estabelecer um diálogo contra a violência nos quilombos, demandando suas especificidades. O Coletivo de Mulheres denuncia a violência que as mulheres quilombolas têm sofrido, violências

que se produzem e se intensificam nos contextos da reivindicação pelo território. Conforme reafirmam ao longo do texto, mulheres quilombolas têm atuado em diferentes circunstâncias para afirmar o direito de existir, pois vidas quilombolas importam!

Atrelado a essa experiência narrada pelo Coletivo de Mulheres da Conaq, a ativista quilombola Givânia Maria da Silva escreveu o artigo intitulado "Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina", evidenciando como o racismo e a colonialidade operam sobre a vida das mulheres no acesso à educação, à produção de conhecimento no Ensino Superior, no ingresso ao mercado de trabalho e na representação nos espaços de poder. Embora estejam atuando em seus territórios, assumindo a manutenção da luta coletiva, Givânia Silva destaca o quanto as mulheres permanecem sendo ignoradas nos debates teóricos, incluindo as teorias feministas.

Maria Aparecida Mendes, ao narrar "Saindo do quarto escuro: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas", debate, como o nome do artigo indica, sobre a violência doméstica e a luta coletiva protagonizada pelas mulheres em defesa do território Conceição das Crioulas. Mulheres que, nas frentes de luta pelo território, foram atravessadas por situações de violência nas quais a luta coletiva se constituiu como estratégia de autofortalecimento

para a superação coletiva dos dilemas individuais.

Vercilene Francisco Dias, em "Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola", narra a importância da afirmação e da valorização da identidade Kalunga em uma perspectiva cultural e jurídica. A autora expõe que a afirmação da identidade quilombola concede poder, liberdade e autonomia para seu povo. No entanto, denuncia que a identidade negra quilombola Kalunga vem sendo alvo de oportunistas, no beneficiamento indevido de políticas públicas de ações afirmativas direcionadas para a população negra quilombola. Vercilene Dias faz uma crítica à ausência de critérios de reconhecimento e pertencimento às comunidades quilombolas no campo jurídico. Fomentar o pertencimento e o reconhecimento da identidade no campo jurídico e cultural é considerado um caminho para coibir ações oportunistas que têm impactado o território.

As escritas pluriépistêmicas autobiográficas em "Da comunidade à universidade: trajetórias de lutas e resistências de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins", narradas por Maria Campos de Souza, Debora Gomes Lima e Maria Aparecida Ribeiro de Souza, bem como a experiência autobiográfica "Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico", escrito por Gessiane Nazário, trazem uma confluência: narram as trajetórias de mulheres quilombolas na universidade, percursos

marcados por lutas e resistências pelo direito de acessar o Ensino Superior permanecer nele e resistir, destacando mulheres que exercem diferentes papéis sociais em seus territórios atrelados à luta coletiva. Givânia Silva (2021) nos ensina que a nossa passagem pela universidade não poderá ser apenas dos nossos corpos, nossa presença tem de ser os nossos territórios, pensares e saberes.

Os textos evidenciam que a presença dessas mulheres na universidade promove o diálogo de saberes, tenciona currículos que desconsideram a produção do conhecimento que emerge e são praticados nos territórios quilombolas. O acesso e a permanência dessas mulheres na universidade têm um impacto político naquelas instituições e sobretudo em seus territórios, ampliando e intensificando as lutas pelo direito à terra, por uma educação antirracista com efetivação da Lei 10.639/2003 e a implementação da Educação Escolar Quilombola. Conforme dito por Ambrozio e Silva (2021), a presença, a vivência e a experiência de mulheres quilombolas na universidade impactam a produção do conhecimento.

Sandra Maria da Silva e Ana Carolina Araujo Fernandes, em "Eu sempre fui atrevida: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola", apresentam a trajetória de Sandra Maria, mulher negra, quilombola de Carrapatos da Tabatinga, periférica, umbandista, através de uma história marcada pela presença dos saberes afro-religiosos,

a luta e a resistência negra feminina ancestral. As autoras destacam o papel das mulheres na formação do quilombo Carrapatos da Tabatinga, localizado em Bom Despacho, MG. Evidenciam a importância dos saberes afro-religiosos na manutenção e no fortalecimento da luta coletiva, na união e na aliança das mulheres contra as desigualdades e as diversas formas de violências. Insurgências, rebeldias, desobediências se apresentam como herança ancestral que perpassa gerações na luta por justiça social.

A sabedoria ancestral se expressa nas narrativas que emergem do Território Velho Chico/Ba, a partir da escrivência "Quilombo Pau D'arco e Parateca: quando as vozes negras se (re) envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva", escrito pela ativista e intelectual quilombola Valeria Pôrto dos Santos. A autora destaca a participação e o protagonismo das mulheres quilombolas na luta coletiva e na agricultura. Evidencia mulheres que buscaram garantir autonomia e empoderamento, desenvolvendo iniciativas de geração de emprego e renda atrelada à produção agrícola de base agroecológica, valorizando os conhecimentos das experiências ancestrais tradicionais da cultura e dos modos de produção. A partir de sua vivência, conhecimento acadêmico sobre a agroecologia e do conhecimento empírico da ancestralidade, a autora promove um diálogo de saberes das mulheres quilombolas com a agroecologia.

Ainda no Território Velho Chico, BA, em "Sementes crioulas, da ancestralidade para atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe", em Bom Jesus da Lapa, a autora Carlidia Pereira de Almeida evidencia a importância das sementes crioulas que se constituíram como uma prática cultural dos povos tradicionais e que remontam à herança e à resistência ancestral dos povos africanos. Em suas escritas, a autora reconhece o pertencimento das sementes crioulas como parte do conhecimento tradicional e do patrimônio cultural dos quilombos – um saber ancestral em sintonia com o sagrado advindo das experiências de crenças afro-religiosas, que orienta os modos de produção presente nas práticas da agricultura quilombola. A sabedoria ancestral reúne um conjunto de práticas que nos modos de ser e produzir tem nutrido a cultura, garantido a autonomia, a soberania alimentar e a preservação da biodiversidade dos territórios quilombolas.

Para nós, mulheres negras quilombolas, as nossas escritas são vias de possibilidades de materialização e reafirmação de quem somos a partir de um lugar geopolítico chamado "território quilombola". Em uma sociedade que historicamente negou e silenciou a história da população negra quilombola, sobretudo o papel social e político protagonizado pelas mulheres nas trincheiras de luta pelo bem viver e o direito à continuidade de nossa existência em nosso território,

materializar as experiências, as vivências e o conhecimento produzido por mulheres quilombolas é um ato político, desobediência epistêmica e sobretudo uma vingança epistêmica. São estes sentimentos que reverberam ao nos debruçarmos sobre a escrita insurgente, poética e combativa expressa no livro

Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas. O livro conecta à ancestralidade e reafirma que nós, quilombolas, existimos, das ancestrais aos atuais e para o futuro, estamos fazendo incidências coletivas pelo bem viver de nosso povo e produzindo conhecimento.

Referências

- EVARISTO, Conceição. 2020. "A Escrivência e seus subtextos". In: Constância Lima Duarte & Isabella Rosado Nunes (org.). Ilustrações Goya Lopes. *Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte. pp. 26-46.
- NAZARIO, Gessiane Ambrosio; SILVA, Givânia. 2021. "O Papel de Intelectuais Quilombolas na Construção de Ferramentas de Combate ao Racismo Epistemológico". *Estudos trimestrais sobre Mulheres*, v. 49. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27083252>
- SILVA, Givânia Maria. 2021. "Educação e direitos territoriais quilombolas". In: Givânia Maria Silva et al. (orgs), *Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra.

Naita Aparecida Nunes de Lima é Quilombola do Barreiro Grande/Ba, membra do Coletivo Marilene Matos, Ativista Quilombola da Central Regional Quilombola do Velho Chico e Coletivo Nacional de Educação da Conaq. Mestranda em Antropologia Social (Unicamp), especialista em Educação do Campo e Pedagogia (Uneb). Experiência profissional em docência Quilombola no ciclo de Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Pesquisadora, membra do Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais, Ameríndios e Afro-Americanos-LaPPAA/Ceres/Unicamp.

Editora-Chefe: María Elvira Díaz-Benítez

Editor Adjunto: John Comerford

Editor Associado: Luiz Costa

Declaração de Disponibilidade de Dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 11/07/2024

Aceito em: 11/02/2025